## **Autovias S.A.**

Assinado digitalmente por: FRANCISCO JORGE ROSA FILHO CPF: 056.898.198-75 Data: 28/02/2024 07:39:39 -03:00

CNPJ/MF nº 02.679.185/0001-38

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares. A Diretoria da Autovias S.A. declara, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da KPMG Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em Ribeirão Preto, 27 de fevereiro de 2024. 31 de dezembro de 2023

Balanços Patrimoniais Levantados em 3	1 de dezembr	o de 2023	e 2022 (Ei	m milhares de Reais – R\$)				
	Nota				Nota			е
<u>Ativo</u>	explicativa	31/12/2023	31/12/2022	Passivo	explicativa	31/12/2023	31/12/2022	
Circulante				Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	142	5.815	Fornecedores	10	109	218	R
Contas a receber – partes relacionadas	9	32	8	Obrigações sociais		4	4	С
Despesas antecipadas		199	236	Imposto de renda e contribuição social sobre lucros a pagar		818	1.133	L
Impostos a recuperar	6	4.199	6.727	Obrigações fiscais	•	10	7	R
Adiantamentos a fornecedor		1	1	Contas a pagar – partes relacionadas	9	1.681	1.359	(
Outros créditos		2.493	3.253	Cauções contratuais	10	1.493	1.960	(
Total dos ativos circulantes		7.066	16.040	Dividendos propostos Juros sobre Capital Próprio (JCP)	10 10	14.241	2.937 7.257	_
				Outras contas a pagar	10	_	24	R
				Total dos passivos circulantes		18.356		n
				Total dos passivos circulantes		10.330	14.099	1
Não circulante				Não Circulante				
Impostos a recuperar	6	8.830	5.362	Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	11	12.567	7.084	
Empréstimos a receber- partes relacionadas	9	206.652	187.914	Total dos passivos não circulantes	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	12.567	7.084	Ir.
Despesas antecipadas		135	126	Total do passivo		30.923	21.983	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	4.283	3.778	Total do passivo		00.020		Ì
Depósitos judiciais	11	196	237	Patrimônio líguido				L
Realizável a longo prazo		220.096	197.417	Capital social	12	127.655	127.655	Ē
				Reservas de lucros		68.584	63.819	
Total do ativo não circulante		220.096	197.417	Resultado do período		_	_	_
1				Total do patrimônio líquido		196.239	191.474	-
Total do ativo		227.162	213.457	Total do passivo e patrimônio líquido		227.162	213.457	
	An noto	a avaliaativaa	oão porto into	granta das damanatrasãos contábais				е

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

		Capital social		Reserva de	Reser	Prejuízo/Lucros		
	Subscrito	A integralizar	Integralizado	capital	Legal	Retenção de lucros	acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	128.514	(859)	127.655	330	25.532	30.401		183.918
Lucro líquido do exercício	_	· <u>-</u>	_	_	_	_	10.075	10.075
Destinações:								
Dividendos adicional proposto	_	_	_	_	_	_	_	_
Constituição de reserva de retenção de lucros	_	_	_	_	_	_	_	_
Transferência de reservas	_	_	_	_	_	_	_	_
Dividendos distribuidos		_	_	_	_	_	(2.519)	(2.519)
Dividendos adicional proposto	_	_	_	_	_	7.556	(7.556)	· <u>-</u>
Absorção de prejuízo com reserva de retenção de lucros							, ,	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	128.514	(859)	127.655	330	25.532	37.957		191.474
Saldos em 31 de dezembro de 2022	128.514	(859)	127.655	330	25.532	37.957		191.474
Lucro líquido do exercício	_	` _	_	_	_	_	60.398	60.398
Aumento de capital	_			_	_	_	-	_
Resultado de incorporação	_	_	_	_	_	_	_	_
Destinações:								_
Reserva legal	_	_	_	_	_	_	_	_
Dividendos distribuidos	_	_	_	_	_	(37.958)	(14.241)	(52.199)
Transferência de reservas	_	_	_	_	_	· <u>-</u>	· <u>-</u>	· <u>-</u>
Juros sobre capital próprio	_	_	_	_	_	_	(3.434)	(3.434)
Dividendos propostos	_	_	_	_	_	_	· -	_
Dividendos adicional proposto	_	_	_	_	_	42.723	(42.723)	_
Constituição de reserva de retenção de lucros	_	_	_	_	_	_	· í	_
Saldos em 31 de dezembro de 2023	128.514	(859)	127.655	330	25.532	42.722		196.239
	As notas expli	cativas são parte i	integrante das de	monstrações cor	ntábeis.			

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais – R\$)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional – A Autovias S.A. ("Sociedade" ou "Autovias") é uma Sociedade por ações, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, Km 312,2. Constituída em 23 de julho de 1998, sua controladora e *holding* é a Arteris S.A.. No dia 3 de julho de 2019, às 24 horas, a Autovias realizou a transferência do sistema remanescente do lote rodoviário 10 para empresa licitante vencedora da concorrência Pública Internacional nº 03/2016. No entanto, a Autovias continuará com as tratativas junto à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP e Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER com o objetivo de verificação e aprovação das condições de devolução e assim viabilizar a assinatura do Termo Definitivo de Devolução do Sistema Rodoviário, conforme descrito no contrato de concessão. Desde o dia 03 de julho de 2019 quando o contrato de concessão encerrou, a Autovias deixou de operar as rodovias, entrando em um processo de dormência. A Arteris S.A. é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos (i) a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil I, (ii) a Brookfield Aylesbury-LLC, e (iii) a *holding* brasileira PDC Participações S.A. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc. e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Atlantia S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios – ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

2. Concessão – Após o encerramento do contrato de concessão, a Sociedade continua com as tra

tativas necessárias para viabilizar a entrega definitiva do lote rodoviário ao poder concedente. Termo Aditivo Modificativo ("TAM") Preliminar nº 03/2022: Em 20 de setembro de 2022, foi celebrado entre a Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A., e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Logística e Transportes ("Poder Concedente" e, se em conjunto com a Concessionária, "Partes"), com a interveniência e anuência da ARTESP, o Acordo-Preliminar conforme Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") Preliminar nº 03/2022. O Acordo-Preliminar tem como objetivo estabelecer as premissas para a celebração de um novo e subsequente TAM da Intervias, "TAM Definitivo", que terá por finalidade o encerramento das discussões judiciais a respeito da anulação dos TAMs firmados em 2006 e o equacionamento de passivos e ativos regulatórios envolvendo as concessionárias Intervias Vianorte S.A., Autovias S.A. e Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., sendo que os contratos de concessão dessas três últimas já foram encerrados em 2018, 2019 e 2020, respectivamente. O Acordo previa sua operacionalização em duas etapas, quais seiam; (i) na primeira etapa, o Acordo Preliminar que ora se celebra; e (ii) na segunda etapa será celebrado o TAM Definitivo, segundo os cálculos rea-lizados pela ARTESP e premissas definidas no acordo preliminar. Com a assinatura do TAM Definitivo serão equacionados, permanentemente, todos os créditos recíprocos entre Poder Concedente e as concessionárias que foram elencados no Acordo. Até 31 de dezembro de 2023 não houve formalização de nenhum termo entre as partes. Sendo o acordo assinado dia 10 de janeiro de 2024, vide o evento subsequente mencionado na nota explicativa 22. A Sociedade avaliou aspectos contábeis relacionados ao TAM Preliminar nº 03/2022 e não identificou necessidade de ajustes nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A Administração da Sociedade seque avaliando esse tema e manterá os seus acionistas e o mercado em geral atualizados sobre as informações adicionais relacionadas ao Acordo-Preliminar e TAM Definitivo.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis – <u>Base de preparação</u>: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ("CPC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e corres pondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2024. Base de mensuração: As nstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis são apresentadas em Real – (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos contábeis apresentados foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. <u>Uso de estimativas e julgamentos</u>: Na preparação destas demonstrações contábeis, a Sociedade utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre essas premissas e estimativas, que possuam um risco significativo de resultar em um aiuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determi nação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para s oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletiren o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisque exercícios futuros afetados. Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: (i) Julgamentos: Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios: A Sociedade e provisão para demandas judiciais cíveis, trabalhistas, fiscais, regulatórios e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou sões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos passivos, conforme nota explicativa nº12. Imposto diferido: O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos ava disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferencas temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº7. <u>Redução ao valor recuperável (Impairment)</u> Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado. A Sociedade determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

4. Políticas Contábeis Materiais - Novas políticas contábeis materiais adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023: i) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação: A Sociedade adotou o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos para desativação e restauração. A Sociedade avaliou e não identificou ajustes a serem realizados nas demonstrações financeira de 31 de dezembro de 2023. ii) Imposto mínimo complementar global: A Sociedade adotou a Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32) quando da sua publicação. As alterações fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar Dois. A exceção obrigatória se aplica retrospectivamente. No como nenhuma nova legislação para implementar o imposto adicional foi promulgada ou substancialmente promulgada em 31 de dezembro de 2023 em qualquer jurisdição em que a Sociedade opera e nenhum imposto diferido relacionado foi reconhecido nessa data, a aplicação retrospectiva não tem impacto nas demonstrações contábeis da Sociedade. iii) Informação de políticas co materiais: A Sociedade também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações contábeis. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na nota explicativa nº4 Políticas contábeis materiais (2022: Principais práticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações. A Sociedade aplicou políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário. 4.1. Instrumentos financeiros: 4.1.1. Reconhecimento e mensuração inicial: As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialm na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atri buíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao prece da operação. 4.1.2. Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros: No reconhec

inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR - valor justo

por meio do resultado. Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: a) Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus te contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perda por impairment (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. b) <u>Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado</u>: Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo.				
Alivos illianceiros a von	O resultado líquido é reconhecido no resultado.				
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.				
Passivos financoiros - classificação, monsuração subsequento o ganhos o pordas: Os passivos finan-					

ceiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalme executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 4.2. Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social com preende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Impostos correntes: A Sociedade determinou que o imposto mínimo complementar global – que é obrigado a pagar de acordo com a legislação do Pilar Dois – é um imposto de renda no escopo do CPC 32. A Sociedade aplicou a isenção obrigatória temporária da contabilização do imposto diferido para os impactos do imposto complementar e o contabiliza como um imposto corrente quando incorrido. A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, base de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis. As mudancas dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • Dife rencas temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporá rias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com bas na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Sociedade. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Ativos e passivos fiscais diferid ados somente se certos critérios forem atendidos. Impostos a recuperar: Os impostos a recuperar do Grupo Arteris referem-se à montantes resultantes de pagamentos antecipados, saldos negativos de exercícios anteriores ou diferenças temporárias entre os resultados contábeis e fiscais, sendo mensurados em conformidade com as leis e regulamentações tributárias específicas aplicadas ao Brasil. Mensalmente os numerários desta são acrescidos de atualizações monetárias conforme taxa Selic vigente. revisada periodicamente para refletir mudanças de circunstâncias que possam afetar o valor recuperável de cada rubrica expressa na nota explicativa nº 6. 4.3. Provisões: As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impos tos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos especi ficos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do conhecidos no resultado como despesa financeira. Provisão para riscos cíveis, trabalhis tas, fiscais e regulatórios: A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos cíveis trabalhistas fiscais e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advo gados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circuns tâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais. 4.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados onetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa c tratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. 4.5. Capital social: O capital social é representado por ações ordinárias, as quais, são classificadas em atrimônio líquido seguindo as diretrizes exigidas pelos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC. 4.6. Partes relacionadas, dividendos e juros sobre capital próprio: As transações com partes relacionadas abrangem movimentações referentes à juros sobre mútuo entre as partes, despe-sas administrativas e financeiras com encargos sobre debêntures privadas quando do capital de giro utilizado para fins de execução do plano de investimentos do Grupo Arteris. A proposta de distribuição endos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ac dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por sei considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade. Os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que, têm a carac dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis, conforme divulgado na nota explicativa nº 13. 4.7. Receitas e despesas financeiras: Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos é finan ciamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. 4.8. Novas normas e interpretações ainda não efetivas: Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Sociedade não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações contábeis. a) Classificação dos passi lante ou não circulante e passivos não circulantes com covenants (alterações ao CPC 26): As alterações emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. A Sociedade está avaliando o possível impacto das alterações na classificação

desses passivos e nas respectivas divulgações. A Sociedade não espera que ocorra impactos signifi

cativos, b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40): As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com forne

cedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações contábeis a avaliarem os efeitos

desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade

ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro

de 2024. A Sociedade está avaliando o impacto das alterações, principalmente no que diz respeito à

obtenção de informações adicionais necessárias para atender às novas exigências de divulgação. A Sociedade não espera que ocorra impactos significativos. c) Outras normas contábeis: Não se espera

que as sequintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações

contábeis da Sociedade: • Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC

06). • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos

m 31 de dezembro de 2023 e 2022. (Em milhares de Reais – R\$)							
	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022				
eceita operacional líquida	14	78.885	727				
usto dos serviços prestados	15	(4.815)	(2.083)				
ucro (prejuízo) bruto		74.070	(1.356)				
eceitas (despesas) operacionais							
Gerais e administrativas	15	(13.500)	(9.316)				
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas		· -	1.220				
		(13.500)	(8.096)				
esultado operacional antes do resultado financeiro		60.570	(9.452)				
esultado financeiro							
Receitas financeiras	16	29.811	24.941				
Despesas financeiras	16	(661)	(260)				
		29.150	24.681				
ucro antes do imposto de renda e da contribuição social		89.720	15.229				
nposto de renda e contribuição social							
Correntes	7	(29.827)	(4.983)				
Diferidos	7	505	(171)				
ucro líquido do exercício		60.398	10.075				
ucro por ação básico e diluído – R\$	17	0,4830	0,0806				
As notas explicativas são parte integrante das de	emonstrações	contábeis.					

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais – R\$)

31/12/2022 Lucro líquido do exercício Resultado abrangente do exercício As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábe

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais R\$)

	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
ucro líquido do exercício		60.398	10.075
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa líquido			
(utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	15	1.405	727
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.b	(505)	171
Juros e variações monetárias sobre mútuos	9	(28.364)	(23.963)
Receita com aplicações financeiras vinculadas		_	-
Despesa/(receitas) financeira dos ajustes a valor presente		_	-
Constituição (reversão) de provisão para riscos fiscais,			
cíveis, trabalhistas e regulatórios	15	12.498	8.155
Atualização monetária de provisão para riscos fiscais, cíveis,			
trabalhistas e regulatórios	16	323	246
Constituição (reversão) de provisão para manutenção		_	
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber – partes relacionadas		(24)	(8
Estoques		_	-
Despesas antecipadas		28	(111
Impostos a recuperar		(940)	3.208
Outros créditos		760	(2
Depósitos judiciais		41	721
Outras contas a receber		_	-
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		(171)	(98
Fornecedores – partes relacionadas		322	400
Cauções contratuais de fornecedores		(92)	184
Obrigações sociais			(2
Obrigações fiscais		31.640	4.832
Imposto de renda e contribuição social pagos		(28.086)	-
Credores pela concessão			
Riscos cíveis trabalhistas e fiscais		(7.338)	(2.593)
Outras contas a pagar		(70)	(51)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		41.825	1.891
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de itens do ativo imobilizado		(4.070)	(005
Aquisições de itens do intangível	17	(1.678)	(895)
Aplicações financeiras		(4.070)	(005
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(1.678)	(895
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	_		
Liberação de empréstimos empresas ligadas	9	(19.000)	-
Recebimento empréstimos empresas ligadas – principal	9	20.904	1.180
Recebimento empréstimos empresas ligadas – juros	9.b	3.346	3.556
Distribuição juros sobre capital próprio		(10.176)	-
Pagamento de dividendos		(40.894)	
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de			
financiamento		(45.820)	4.736
Redução)/aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(5.673)	5.732
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5.815	83
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		142	5.815
As notas explicativas são parte integrante das de	emonstrações	contábeis.	

5. Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras - Estão representados por 31/12/2023 31/12/2022 5.815 Caixa e contas bancárias Aplicações Financeiras (a) 5.815 142

(a) Os recursos aplicados diretamente em títulos ou por meio de fundos de investimentos possuem liqu dez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade. 6. Impostos a Recuperar - a) Impostos a recuperar: Estão representados por

31/12/2022 5.362 2.852 31/12/2023 8.830 osto de Renda Retido na Fonte - IRRF (a) IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (b) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (b) 3.660 3.964 Total geral 13.029 12.089

(a) Imposto de renda retido na fonte sobre mútuos e debêntures privada com partes relacionadas, referentes aos contratos firmados com a controladora Arteris S.A., antecipação do IRPJ e Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras de curto prazo, que poderão ser compensados em períodos subsequentes. (b) A Sociedade estima que os créditos fiscais de imposto de renda, contribuição social, serão recuperados através de lucros fiscais futuros originados através da obtenção de receitas financeiras proporcionadas pelos mútuos e debêntures privada com controladora Arteris S.A. Os créditos de PIS e COFINS poderão ser restituídos através de pedidos de restituição junto a Receita Federal do Brasil - RFB, além da possibilidade de compensação com impostos correntes sobre lucros futuros 7. Imposto de Renda e Contribuição Social – a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social: A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022						
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	89.720	15.229						
Alíquota vigente combinada	34%	34%						
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a								
alíquota vigente combinada	(30.505)	(5.178)						
Ajustes para a alíquota efetiva:								
Juros sobre o capital próprio	1.168	_						
Outras diferenças permanentes	15	24						
Total .	(29.322)	(5.154)						
mposto contabilizado	(29.322)	(5.154)						
Despesas de imposto de renda e contribuição social:								
Correntes	(29.827)	(4.983)						
Diferido	505	(171)						
	(29.322)	(5.154)						
Alíquota efetiva de impostos	(33%)	(34%)						
o) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Saldos patrimoniais representados por:								
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·								

Imposto de renda diferido ativo 31/12/2023 31/12/2022 Não circulante Diferenças temporárias ativas Prejuízo fiscal e base negativa(a) Provisão de participação nos lucros Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b) 7.084 12.567 Outras provisões 26 12.597 23 11.111 ase de cálculo diferenças temporárias ativas Alíquota nominal 4.283 Total do imposto de renda e contribuição social 31/12/2023 31/12/2022 Preiuízo fiscal e base negativa (4.000) rovisão de participação nos lucros 5.483 5.808 Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios Outras provisões/(reversões) 1.486 Base de cálculo diferenças temporárias ativas (504) Alíquota nominal 34% (171) (171) Total do imposto de renda e contribuição social

(a) Refere-se a prejuízo fiscal, acumulado até a data base de 31 de dezembro de 2022, compensado no exercício corrente através dos lucros fiscais obtidos do rendimento de mútuos e debêntures privadas que a Sociedade possui com a controladora Arteris S.A. e do reconhecimento da receita acessória de uso de faixa de domínio no período de operação da Sociedade, qual ocorreu acordo judicial entre as partes e liquidação dos valores em questão; (b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções. Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade, apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, trazidos a valor presente, estão fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, que permitem a

realização do ativo fiscal diferido.

intangivei e infraestrutura em Construção – A movimentação e como segue:							
	Intangível		Direito de				
	em rodovias	Direito de	outorga da				
	<ul><li>obras e</li></ul>	outorga da	incorporação		Total do		
	serviços (a)	concessão (b)	(c)	Software	Intangível		
usto do intangível							
aldo em 31/12/2022	931.215	28.254	192	4.353	964.014		
dições	1.405			_	1.405		
aldo em 31/12/2023	932.620	28.254	192	4.353	965.419		
mortização acumulada							
aldo em 31/12/2022	(931.215)	(28.254)	(192)	(4.353)	(964.014)		
mortização	(1.405)				(1.405)		
aldo em 31/12/2023	(932.620)	(28.254)	(192)	(4.353)	(965.419)		
tangível líquido							
aldo em 31/12/2022	-	_	_	-	_		
aldo em 31/12/2023	-	_	_	-	_		
axas de amortização – a.a. (d)	100%	100%	100%	100%			

## **If** arteris

## **Autovias S.A.**

CNPJ/MF nº 02.679.185/0001-38

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Intangível em rodovias – obras e	Direito de outorga da	Direito de outorga da incorporação		Total do	
		concessão (b)			Intangível	
Custo do intangível	oci viços (u)	CONOCCOUC (D)	(0)	<u>Jontware</u>	mangiver	
Saldo em 31/12/2021	930.488	28.254	192	4.353	963.287	
Adições	727	_	_	-	727	
Saldo em 31/12/2022	931.215	28.254	192	4.353	964.014	
Amortização acumulada						
Saldo em 31/12/2021	(930.488)	(28.254)	(192)	(4.353)	(963.287)	
Amortização	(727)	· -	-	. <u> </u>	(727)	
Saldo em 31/12/2022	(931.215)	(28.254)	(192)	(4.353)	(964.014)	
Intangível líquido						
Saldo em 31/12/2021	_	_	_	_	_	
Saldo em 31/12/2022	_	_	_	_	_	
Taxas de amortização - a.a. (d)	100%	100%	100%	100%		
(a) Refere-se a obras e serviços re	alizados nas ro	dovias tais com	o navimentação	dunlicação	n marninais	

acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão. (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela ajustado a valor presente. Qo necesar ao uneixo de odudinga proveniente da incorporação da parceia cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, antiga controladora da Sociedade. Esse valor está sendo amortizado linearmente até o final do período da concessão. (d) Os investimentos são amortizados a taxa de 100% devido a Sociedade ter Propósito Específico (ŚPE), o contrato de concessão ter encerrado e ser necessário realizar obras de adequações a infraestrutura exigidas pelo poder concedente para viabilizar a entrega definitiva do lote rodoviário.

9. Fornecedores e Cauções Contratuais - Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de R\$155 (R\$ 218 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$ 1.493 (R\$ 1.960 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção

10. Transações com Partes Relacionadas - As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a despesas administrativa, mútuos e debêntures privadas para capital de giro. Os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e as transações no resultado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Ativo circulante			31/12/2023	31/12/2022
Controladora/Outras Partes Rela	acionadas			
Contas a receber:				
Arteris S.A controladora (a)			_	8
Centrovias S.A. (a)			32	
Total parte relacionada no ativ	o circulante		32	8
Ativo não circulante			31/12/2023	31/12/2022
Mútuos a receber:				
Arteris S.A controladora (b)			27.615	47.529
Debêntures a receber:				
Arteris S.A controladora (c)			179.037	140.385
Total do ativo não circulante			206.652	187.914
Passivo circulante			31/12/2023	31/12/2022
Controladora/Outras Partes Rela	acionadas			
Contas a pagar:				
Arteris S.A controladora (a)			17	7
Centrovias S.A. (a)			859	723
Intervias S.A. (a)			612	603
Vianorte S.A. (a)			26	26
ViaPaulista S.A. (a)			167	
Passivos com partes relaciona	adas circulante		1.681	1.359
Juros sobre capital próprio:				
Arteris S.A. (d)				7.257
Total dos juros sobre capital p	róprio a pagar			7.257
Dividendos a pagar:				
Arteris S.A. (d)			14.241	2.937
Total dos dividendos a pagar			14.241	2.937
Total do passivo circulante	04 (4 0 (0)		15.922	11.553
l	31/12/20		31/12/20	
Contas de Resultado:	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas
Controladora	financeiras (c)	gerais (b)	financeiras (c)	gerais (b)
Arteris S.A.	28.364		23.963	
	28.364	_	23.963	_
Outras partes relacionadas Centrovias S.A.		104		(241)
Intervias S.A.	_	7	_	(180)
ViaPaulista S.A.	_	167	_	(160)
Total	28.364	278	23.963	(421)
IOtal	20.304		23.303	(421)

(a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da *holding*, com base na receita das empresas do grupo Arteris, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias. (b) Contratos de mútuo ativo com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos que variam de 1,40% a 1,80% ao ano com vencimentos de juros e principal em dezembro de 2028, conforme demonstrados a seguir

		•	31/12/2023		31/12/2	022
			Valor do		Valor do	
Data da Liberação	Vencimento	Encargos	principal	Juros	principal	Juros
01/04/2014	31/12/2028	CDI + 1,40% a.a.		_	715	239
25/06/2014	31/12/2028	CDI + 1,40% a.a.	9.292	83	29.481	795
03/04/2017	31/12/2028	CDI + 1,80% a.a.	14.000	4.240	14.000	2.299
			23.292	4.323	44.196	3.333
No decorrer do exercío	rio findo em 31 d	de dezembro de 2023	a Sociedad	e recebeu	a título de r	rincinal

e juros sobre empréstimo de mútuo com a Arteris S.A. sendo o valor do principal de R\$ 15.071 e de juros o montante de R\$ 2.629 recebidos em moeda corrente nacional. (c) Refere-se aos instrumentos particulares de escritura da 7ª e 8º emissões de Debêntures Privadas com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos de 1,20% ao ano com vencimentos de juros e principal, conforme monstrados a seguir:

Créditos fiscais

Despesas financeiras:

			v	aior do		vaior do	
Data da Liberação	Vencimento	Encarge	os p	rincipal	Juros	principal	Juros
05/12/2018	31/12/2028	CDI + 1,209	% a.a.	25.000	11.481	25.000	7.364
20/12/2018	31/12/2028	CDI + 1,209	% a.a.	35.000	15.926	35.000	10.181
20/03/2019	31/12/2028	CDI + 1,209	% a.a.	15.000	6.484	15.000	4.064
18/06/2019	31/12/2028	CDI + 1,209	% a.a.	35.000	14.319	35.000	8.776
13/03/2023	31/12/2028	CDI + 1,209	% a.a.	14.000	1.347	_	_
13/03/2023	31/12/2028	CDI + 1,209	% a.a.	5.000	480	_	_
				129.000	50.037	110.000	30.385
Esses valores correspo	ondem às Debêi	ntures Privada	as emitidas	pela Con	panhia iunto	ao seu cor	trolador.
a Arteris S.A. Existe a							
partes entendam esta necessidade, isso ocorrerá antes de dezembro de 2023.							
31/12/2023 31/12/2022							
			Não			Não	
Ativo Circulante e Na	io Circulante	Circulante d	circulante	Total	Circulante	circulante	Total
Saldo inicial			187.914	187.914		172.386	172.386
Captações/Liberação		_	19.000	19.000	_	_	_
Juros provisionados		_	28.364	28.364	_	23.963	23.963
Amortização/Recebim	ento de						
principal							(1.180)
		_	(20.904)	(20.904)	(1.180)	_	(1.180)
Pagamento/Recebime	ento de juros	_	(20.904)		(1.180)	_	(3.556)
Pagamento/Recebime IR recuperar	ento de juros	- - -		(3.346)			
	ento de juros	- - -	(3.346)	(3.346)		-	(3.556)
IR recuperar	ento de juros		(3.346) (4.376)	(3.346)	(3.556)	(3.699)	(3.556) (3.699)

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

(d) Saldo a pagar da distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio constuídos no exercício anterior. Devido ao período de dormência que a Sociedade se encontra, no decorrer do período findo

em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade não reconheceu remuneração de seus administradores. Os

André Giavina Bianchi - Diretor Presidente

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Autovias S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autovias S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião, Ênfase - Encerramento das operações: Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 das demonstrações contábeis, que indica que a Autovias S.A. deteve a concessão para exploração de suas atividades por aproximadamente 20 anos, cujas operações tiveram continuidade até 3 de julho de 2019. Essa situação indica que essa entidade entrou em um processo de dormência em função relação a este assunto. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores: A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria

administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações. As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas

11. Obrigações Fiscais, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre	o Lucro	
,	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda – IRPJ	552	755
Contribuição social - CSLL	266	378
	818	1.133
Total impostos federais	818	1.133
Impostos sobre serviços – ISS	10	7
Total impostos municipais	10	7
Total	828	1.140
12. Provisões – a) Riscos cíveis trabalhistas fiscais e regulatórios: A movi	mentação do	s saldos dos

riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os exercícios em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é

comorne segue.								
	31/12/2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31/12/2023		
Civeis	2.404	3.452	(747)	(2.328)	94	2.875		
Trabalhistas	617	2.491	(281)	(1.290)	23	1.560		
Regulatório	4.063	10.069	(2.486)	(3.720)	206	8.132		
Total	7.084	16.012	(3.514)	(7.338)	323	12.567		
	31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31/12/2022		
Civeis	486	2.739	(237)	(613)	29	2.404		
Trabalhistas	575	1.023	(275)	(717)	11	617		
Regulatório	215	5.327	(422)	(1.263)	206	4.063		
Total	1.276	9.089	(934)	(2.593)	246	7.084		
As principais movimentações nos processos cíveis referem-se a indenizações a terceiros. Na esfera								

de terceiros em obras da Sociedade. No regulatório, os principais movimentos referem-se a processos administrativos e judiciais relativos a ARTESP. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 31 de dezembro de 2023 a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos internos totalizando R\$ 8.132 (R\$ 4.063 em 31 de dezembro de 2022). Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível de perda por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados conforme segue: 31/12/2023 31/12/2022 Trabalhistas 250 250

trabalhista, em sua maioria referem-se a processos de responsabilidade solidária sobre contratações

1.202 4.374 4.575 Os processos possíveis classificados como cíveis decorrem em sua maioria da operação da rodovia os principais tratam de ações referentes a acessos a rodovia, faixa de domínio, objetação e animais na pista, etc. Os depósitos judiciais no montante de R\$ 196 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 237 em 31 de dezembro de 2022), classificados no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais para as quais R\$ 106 (R\$ 66 em 31 de dezembro de 2022) há provisão registrada, por se tratar de prognóstico provável, os demais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como

possível ou remoto

13. Patrimônio Líquido – a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 128.514, composto por 125.040.451 ações ordinárias e sem valor nominal integralizadas pelo valor de R\$ 127.655 que representam 123.911.561 ações. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos Reserva legal e retenção de lucros: O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exer cício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reserva de lucros a realizar ou distribuição de dividendos adicionais observado, o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76. Distribuição de dividendos: O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do período, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade realizou o pagamento de R\$37.958 referente ao dividendo adicional proposto do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, pagos à Arteris S.A.. A proposta de distribuição de dividendos efetuade pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade. <u>Juros sobre o capital próprio</u>: Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calcu lado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade distribuiu dividendos antecipados sob a forma de juros sobre o capital próprio, o qual incide Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, conforme segue:

Aprovação	Periodo	Pagamento	valor Bruto	valor IR (15%)	vaior Liquido
AGE	1º Trimestre	05/04/2023	3.434	515	2.919
			3.434	515	2.919
14. Receitas – A concil resultado do exercício e		eceita bruta e a	receita líquida	apresentada na der	nonstração do
				31/12/2023	31/12/2022
Receita de serviços de	construção			1.405	727
Outras receitas (*)				80.573	<u>=</u>
Receita bruta				81.978	727
PIS				(551)	
COFINS				(2.542)	_
Receita líquida				78.885	727
(*) Refere-se a reconhe ção da Sociedade, qua 15. Custos e Despesa	l ocorreu acord	lo judicial entre	as partes e liqu		

Custos Seguros/Garantias (1.271)Onus variável Custos de servicos da construção (1.405)(727)(1.405) (4.815) Depreciação/Amortização Despesas gerais e administrativas: (275 (473) (12.498) Provisão/reversão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios Indenizações à terceiros Publicações legais Total (13.500) (9.316)31/12/2023 31/12/2022 Receitas financeiras: Aplicações financeiras

Total (661)Ricardo Tozzi Gerab - Diretor Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira - Diretor

Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabili-

dade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e ntação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotada no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governanca da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de demonstrações contábeis. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por aude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto níve de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorcões relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmentes ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos

17. Demonstração dos Fluxos de Caixa – (a) Caixa e Equivalente de Caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na

nota explicativa n= 5. (b) informações suplementares		
	31/12/2023	31/12/2022
Total das adições de intangível (*)	1.405	727
	1.405	727
Aquisição (adições)	(1.405)	(727)
Fornecedores	108	180
Obrigações fiscais	(6)	(3)
Cauções contratuais	(375)	(345)
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível	(1.678)	(895)
Fluxo de caixa intangível	(1.678)	(895)
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	(1.678)	(895)
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de períodos anteriores menos valores a pagar no período,		
que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível e		
infraestrutura em construção.	(273)	(168)

(\*) Vide nota explicativa nº 8 18. Lucro por Áção - O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão de lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de acões ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e diluído por ação.

31/12/2022 31/12/2022

Básico/Diluído					
Lucro líquido do exercício	60.398	10.075			
Número de ações durante exercício	125.040	125.040			
Lucro por ação	0,48300	0,08060			
Não há diferença entre o lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante os exercícios					

em 31 de dezembro de 2023 e 2022, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos 19. Instrumentos Financeiros - As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão

econnecidas nas demonstraço	es coma	beis, conforme q	uadro a se	eguir:		
			31/1	2/2023	31/12/2022	
	Nível	Mensuração (*)	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa Mútuos e debêntures a receber	Nível 2	1	142	142	5.815	5.815
<ul> <li>partes relacionadas</li> </ul>	Nível 2	2	206.684	206.684	187.922	187.922
Outros Créditos	Nível 2	2	2.493	2.493	3.254	3.254
			209.319	209.319	196.991	196.991
Passivo						
Contas a pagar – partes						
relacionadas	Nível 2	2	1.681	1.681	8.616	8.616
ornecedores e cauções						
contratuais	Nível 2	2	1.602	1.602	2.178	2.178
Dividendos propostos	Nível 2	2	14.241	14.241	2.937	2.937
Outras contas a pagar	Nível 2	2	_	_	24	24
13			17.524	17.524	13.755	13.755

(\*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado; 2) Custo amortizado. Mensuração a valor justo: O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. - Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. - Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). - Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Técnicas de mensuração do valor justo: A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos. O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliados pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo. Os valores contábeis dos mútuos a receber, a pagar com partes relacionadas e empréstimos, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas do Grupo Arteris, consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos. 20. Gestão de Risco - De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir: Riscos de mercado: Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações – irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Sociedade não apresenta saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira. a) Exposição a riscos de taxas de juros: A Sociedade não está exposta a riscos de taxas de juros. b) Risco de crédito: Em 31 de dezembro de 2023 a Sociedade não está exposta a risco de crédito. c) Risco de liquidez e gestão de capital: Risco de liquidez é o risco de que o Grupo Arteris irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo Arteris na gestão do risco de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez sufficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo Arteris. O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, o vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade

eve quitar as respectivas obrigações:					
	Valor		2 meses		
odalidade	Contábil	Total	ou menos	2 a 12 meses	1 a 2 anos
ornecedores e cauções contratuais	1.602	1.602		109	1.493
ornecedores partes relacionadas	1.681	1.681	_	1.681	_
	3.283	3.283		1.790	1.493

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o passivo circulante da Sociedade excedeu o ativo

21. Garantias e Seguros -A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários, todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza. A Sociedade contratou apólice de seguro garantia financeira com indenização de R\$100,000 referente a ação judicial movida pela Artesp, conforme estabelecido no Termo Aditivo Modificativo nº 22/2019. Também contratou seguro garantia execução do Contrato de Concessão com limite máximo de indenização de R\$ 66 com vigência até que seja assinado o termo de entrega definitiva do lote rodoviário ao Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo - DER.

22. Eventos Subsequentes – No dia 10 de janeiro de 2024 foi celebrado o "Acordo Definitivo Coletivo" por meio do Termo Aditivo e Modificativo Definitivo Coletivo nº 01/2024 entre suas controladas Intervias. . Vianorte S.A., Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., e Autovias S.A. e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Logística e Transportes ("Poder Concedente"), com a interveniência e anuência da ARTESP. O Acordo Definitivo Coletivo estabelece o encerramento das acões judiciais propostas pelo Poder Concedente, ARTESP, Arteris e pelas concessionárias que discutiam a validade dos TAMs 2006 Estabelece o reconhecimento das quitações recíprocas com relação a quaisquer litígios, presentes ou futuros, que tenham por objeto os eventos de deseguilíbrio econômico-financeiro reeguilibrado por este Acordo Definitivo. A Sociedade não identificou necessidade de ajustes nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, serão realizados no exercício de 2024. A Sociedade continuará avaliando possíveis ajustes contábeis materiais necessários.

Alexandre Pscheidt - CRC nº 1SC 026.791/O-5 T SP

os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade — Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadeguadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Ribeirão Preto-SP, 27 de fevereiro de 2024.

Mo

31/12/2023 31/12/2022

1.051

16 **29.811** 

(323)

31/12/2023

380

24.941

(260)

31/12/2022

KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP 027.666/O-5 F SP

Contador CRC 1SP 293.539/O-8



## MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: QBGDE-63NMP-CMUXP-LWW4M

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

✓ FRANCISCO JORGE ROSA FILHO (CPF 056.898.198-75) - FAROL CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA (CNPJ 71.661.599/0001-52) em 28/02/2024 07:39 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate/QBGDE-63NMP-CMUXP-LWW4M

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate